



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PRONERA**

GENIFFE KARINY RODRIGUES DOS SANTOS

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST): ANÁLISE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE
JOVENS DO ASSENTAMENTO ONALÍCIO BARROS, CASEARA/TO**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Geniffe Kariny Rodrigues dos Santos

**Políticas Educacionais e Movimento dos Trabalhadores Ruais Sem Terra (MST): Análise
da Formação Acadêmica e Social de Camponeses e Camponesas no Assentamento
Onalício Barros, Caseara/ TO**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a
Universidade Federal do Tocantins, como parte das
exigências para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social via PRONERA.

Orientadora: Prof. Dra. Rejane Cleide Medeiros de
Almeida

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237p Santos, Geniffe Kariny Rodrigues dos.
Políticas Educacionais e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Análise da Formação Acadêmica e Social de Camponeses e Camponesas no Assentamento Onalício Barros, Caseara/ TO. / Geniffe Kariny Rodrigues dos Santos. – Miracema, TO, 2025.
22 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social - Pronera, 2025.
Orientadora : Rejane Cleide Medeiros de Almeida
1. Educação do campo. 2. Formação de camponeses. 3. MST. 4. Políticas públicas educacionais. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GENIFFE KARINY RODRIGUES DOS SANTOS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST): ANÁLISE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE JOVENS DO
ASSENTAMENTO ONALÍCIO BARROS, CASEARA/TO

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social via PRONERA, e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida - Orientadora – Orientadora - UFT.

Profa. Dra. Ingrid Karla da Nóbrega Beserra – Examinadora - UFT

Profa. Dra. Josenice Ferreira dos Santos – Examinadora - UFT

RESUMO

Neste artigo, buscamos compreender as políticas públicas educacionais voltadas para a educação do campo, especificamente o ensino superior e as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) para a efetivação de um ensino de qualidade formando profissionais críticos. Como metodologia, utilizamos a revisão bibliográfica de artigos científicos. Como procedimentos, adotamos entrevistas semiestruturadas. A pesquisa aponta a importância e a necessidade de políticas públicas educacionais que atendam às especificidades da população rural e como isso contribui para a permanência dos camponeses nos seus territórios e a melhoria da sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação de camponeses. MST. Políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

In this article we seek to understand the public educational policies aimed at rural education, specifically higher education, and the contributions of the MST to the realization of quality education. The methodology used was a bibliographical review of scientific articles. As procedures, we adopted semi-structured interviews with three interviewees who have already attended higher education through the National Program for Education in Agrarian Reform (PRONERA). The research pointed to the importance and need for public educational policies that cater to the specificities of the rural population and how this contributes to peasants remaining in their territories and improving their quality of life. It also indicates that the participation of social movements, especially the Rural Workers' Movement (MST), as educators in the training processes in the courses.

Keywords: Rural education. Public educational politics. Social movements

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Contexto histórico do local de estudo	6
1.2	Assentamento Onalício Barros e sua instituição	7
2	OBJETIVOS.....	9
2.1	Objetivo geral	9
3	JUSTIFICATIVA	10
3.1	Políticas públicas educacionais em nível superior voltadas para a formação dos camponeses e camponesas no estado do Tocantins	10
4	METODOLOGIA	16
5	DISCUSSÕES E REFLEXÕES.....	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma política pública essencial para a garantia de direitos fundamentais no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que rege a educação básica no País e que foi recentemente atualizada pela Lei nº 14.679 de 2023. Essas normativas visam a garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, promovendo a inclusão e a acessibilidade educacional. No entanto, em territórios rurais, como o assentamento Onalício Barros, município de Caseara, Tocantins, a precarização da infraestrutura educacional é uma realidade que dificulta o pleno acesso dos jovens às oportunidades de continuação da educação após o término do ensino médio, como uma formação técnica, graduação ou pós-graduação. Para superar essas limitações, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas que atuem não apenas na educação, mas também na melhoria das condições de vida e da infraestrutura da localidade. Nesse contexto, a Educação do Campo, com sua abordagem voltada para as especificidades das populações rurais, tem-se mostrado uma alternativa essencial para a formação acadêmica e social dos jovens.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) desempenha um papel fundamental na luta pela educação do campo, promovendo metodologias de ensino inovadoras, como a pedagogia da alternância. Essa metodologia permite que os jovens do campo alternem períodos de estudo na escola com períodos de trabalho na comunidade, criando uma relação de aprendizado que integra teoria e prática. Esse modelo educacional, que visa a formar cidadãos críticos e conscientes, é essencial para a manutenção dos jovens no campo sem a necessidade de migração para as grandes cidades em busca de uma educação de qualidade.

Este estudo visa a analisar como as políticas públicas educacionais, em conjunto com a atuação do MST, têm contribuído para a formação acadêmica e social dos jovens no assentamento Onalício Barros, compreendendo não apenas os aspectos educacionais, mas também os impactos sociais dessa educação. A pesquisa é relevante, pois busca compreender o papel dessas políticas no fortalecimento da autonomia dos jovens camponeses e sua inserção social sem a necessidade de se deslocarem para centros urbanos.

1.1 Contexto histórico do local de estudo

Neste capítulo, será abordada a história do assentamento Onalício Barros, bem como serão apresentadas características do município para uma melhor compreensão do local onde se realizou a pesquisa.

O município de Caseara conta com, aproximadamente, 4.847 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Situado no Oeste do Tocantins, está localizado na microrregião de Miracema do Tocantins. Foi criado pela Lei Estadual, nº 10.406, de 30 de dezembro de 1987, a qual elevou o Distrito de Araguaçuí à categoria de município autônomo com o topônimo de Caseara, desmembrando-o do município de Araguacema. Seu nome se deu em homenagem ao indígena Raimundo Nonato Casé, que residia no território por volta de 1940, assim como o nomeado Lago Casé que também foi em sua homenagem. De acordo com o perfil socioeconômico dos municípios (IBGE, 2022), Raimundo Casé iniciou a extração do óleo do coco babaçu, típico da região, gerando empregos e formando um povoado juntamente com os trabalhadores migrantes.

Está situado às margens de duas bacias hidrográficas: os rios Coco e Araguaia. O município foi instalado no dia 1 de junho de 1989, a 256 km da capital Palmas e a 43 km a Norte-Leste de Santana do Araguaia, a cidade mais próxima nos arredores. Com uma área territorial de 1.680,014 km², possui as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9° 16' 40" Sul, Longitude: 49° 57' 21". Caseara tem uma população significativa da zona rural; ao todo, são 11 assentamentos, sendo o mais novo e o maior o assentamento Onalício Barros.

1.2 Assentamento Onalício Barros e sua instituição

O local onde é situado o assentamento, na TO-080, a 37,3 km de distância do município de Caseara, antes era uma grande fazenda denominada Maracanã. O decreto de desapropriação ocorreu no dia 20 de março de 2006, sendo a data de emissão da posse no dia 17 de novembro e a criação do assentamento no dia 21 do mesmo mês. Inicialmente, as famílias que eram de cidades diferentes, dentre delas Angico, Darcinópolis, Puguimil, Paraíso do Tocantins, Rio dos Bois e, por último, não menos importante, Caseara. Estavam mobilizadas juntamente com o MST, divididas em cinco acampamentos com resistência enfrentando as dificuldades para conseguir a tão almejada posse de seu pedaço de chão para que, nele, pudessem viver e trabalhar.

Em 2006, quando finalmente vieram para o assentamento, os lotes ainda não tinham sido oficialmente divididos, então, cada família teve um lote de 2500 m² para que, nele, pudessem viver e produzir temporariamente. Viveram nesse assentamento emergencial até 2008, quando foram estabelecidos os lotes definitivos que variavam entre 30 e 48 hectares, lembrando que todos possuem uma Área de Preservação Permanente (APP) e contam com uma área comunitária de 10 ha, totalizando 7.500 hectares.

Hoje, o assentamento é constituído por 130 famílias distribuídas em três vicinais. Os principais alimentos cultivados são: melancia, abacaxi, limão galego, pitaya, goiaba, manga, caju, acerola, ciriguela, maracujá, jaca, coco, jabuticaba, romã entre outros. Coentro, cebolinha, pepino, tomate, alface, couve, pimentão, jiló, rúcula, maxixe, quiabo e pimentas em geral. Mandioca, milho, arroz, feijão, abóbora e cará. As criações que predominam são as de galinhas, porcos e gados, mas também criam peru e búfalos. Poucas são as famílias que utilizam esses produtos para comercialização que, em sua maioria, são apenas para a subsistência.

Atualmente, o assentamento conta com duas associações: Antônio Francisco Brasil e Avança Brasil, que atuam com o objetivo de buscar mediações para a melhoria da qualidade de vida dos assentados. A sede, situada na área comunitária, no ano de 2009 e parte de 2010, funcionou como uma escola do 1º ao 4º ano do ensino médio, sendo fechada por diversos fatores, a exemplo da infraestrutura precária e da falta de profissionais capacitados. Hoje, ela funciona para reuniões e para celebrar datas comemorativas, como o aniversário do assentamento, Dia das Crianças, e para realizar outros eventos, como a “farinhada de jatobá”. Outros espaços muito usados são as igrejas. Uma católica e outra evangélica funcionam para missas e cultos, além de serem espaços de socialização.

2 OBJETIVOS

Os objetivos deste estudo são subdivididos em Objetivos geral e específicos, conforme seguem.

2.1 Objetivo geral

O obtivo geral deste trabalho é analisar as políticas públicas educacionais voltadas para a formação dos jovens no assentamento Onalício Barros, em Caseara/TO, buscando verificar a atuação do MST na promoção da educação e do desenvolvimento social desses jovens.

2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específico consistem em:

1. Identificar as políticas públicas educacionais voltadas para a formação dos camponeses e camponesas no assentamento Onalício Barros, em Caseara/TO.
2. Identificar o perfil de camponeses e camponesas que concluíram o ensino superior no assentamento Onalício Barros.
3. Analisar a atuação do MST na promoção de educação do campo, destacando suas contribuições para a formação no ensino superior dos camponeses e camponesas do assentamento Onalício Barros, em Caseara, Tocantins.

3 JUSTIFICATIVA

A formação acadêmica e profissional, no contexto rural, especialmente nas áreas de assentamento, é um tema de grande importância, principalmente quando se observam as desigualdades educacionais enfrentadas pelas populações do campo. A metodologia da pedagogia da alternância, adotada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), é uma estratégia fundamental que permite a integração do conteúdo acadêmico com as experiências vividas pelos estudantes em suas comunidades. Essa forma de ensino valoriza o saber popular e proporciona uma formação acadêmica que dialoga com a realidade do campo.

Como exemplo prático, atualmente, estou finalizando o 8º período do curso de Serviço Social por meio do Pronea, e essa formação me permite refletir sobre os desafios e as oportunidades que a educação do campo oferece. A partir desta pesquisa, busco compreender as possibilidades que o MST proporciona para a formação acadêmica e a política dos jovens nos assentamentos, partindo das dificuldades e limitações encontradas nesses territórios. Ao levantar dados sobre a formação acadêmica e a atuação do MST, busca-se analisar como as políticas públicas educacionais que têm sido implementadas (essas, muitas vezes, ausentes nesses contextos) e como isso contribui para a evasão escolar e o distanciamento dos jovens de suas práticas tradicionais.

A pesquisa também visa a destacar quais os impactos da atuação do MST que, por meio de organização e mobilização, contribui para a formação de sujeitos críticos, politicamente engajados e com acesso a oportunidades educacionais. Essa análise poderá revelar como o MST contribui para o acesso à educação formal e para a construção de uma identidade política e cultural entre os jovens, fortalecendo o vínculo com o território e com a comunidade. Assim, a pesquisa se justifica por sua importância para o entendimento das políticas públicas educacionais do campo e pela relevância de evidenciar a atuação do MST como um agente transformador na formação acadêmica e social das juventudes rurais.

3.1 Políticas públicas educacionais em nível superior voltadas para a formação dos camponeses e camponesas no estado do Tocantins

Essa seção tem como objetivo principal destacar as políticas públicas educacionais em nível superior voltadas para a formação de camponeses e camponesas no estado do Tocantins, ressaltando sua relevância na promoção de uma educação de qualidade, na valorização do conhecimento popular e no fortalecimento da identidade camponesa. A seção busca discutir a

forma com que essas políticas contribuem para a formação acadêmica e social, bem como os desafios enfrentados para garantir o acesso à educação superior no campo.

A educação do campo, no Brasil, é uma pauta indispensável; é o alicerce para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Freire (1998) destaca que o sistema educativo adotado e as políticas públicas direcionadas para a educação são elementos que demonstram a preocupação do País com seu futuro, pois somente o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não sejam tão díspares.

Antes de adentrar o contexto que envolve as políticas públicas educacionais, vamos buscar entender o seu conceito. Sendo assim,

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo que o governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA, 2020, p.4).

A educação é um véis complexo que não envolve apenas uma política ou um local institucional; ela pode ser ampliada em vários espaços não formativos e, dessa forma, integrar-se a outras. “Para a educação, [...] precisamos de ações que envolvam, no mínimo, os ministérios mais ligados ao tema: Educação, Cultura, Esportes, Comunicação, Ciência & Tecnologia” (LUCA, 2006, p. 13-14).

Dessa forma, compreendemos que, para a efetivação de uma política pública educacional plena, laica e de qualidade, é fundamental a garantia de outras políticas que estão alinhadas entre si e se tornam interdependentes. Podendo, dessa maneira, promover uma melhora significativa no processo de ensino-aprendizagem.

A escrita de Nascimento traz reflexões acerca das políticas públicas para a educação do campo no período ditatorial: “Portanto, de 1968 aos anos 1990, o Brasil viveu em detrimento da escola pública e a falta de políticas públicas de Estado que acolhesse os vários grupos sociais, entre eles, os camponeses.” (NASCIMENTO, 2009, p. 181).

Os movimentos sociais, desde essa época, lutavam pela criação de uma política específica para a formação dos camponeses e camponesas; contudo, devido ao período, não conseguiram avançar. “A educação era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade o que determinava a não-existência de políticas [...]” (NASCIMENTO, 2009, p. 182). O autor supracitado relembra momentos históricos, períodos em que foram criados movimentos sociais, sindicais e organizações não-governamentais (ONGs). Por volta de 1920, a primeira estratégia

de educação, o “ruralismo pedagógico”; a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que seria o embrião da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR) que surge em 1956; a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR) em 1950; os movimentos de resistência, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB); a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e o MST em 1984 (NASCIMENTO, 2009).

O Encontro Nacional dos Educadores/as das Reforma Agrária (Enera) foi o primeiro espaço constituído pelos movimentos sociais e sindicais do campo, como MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), CPT e outros. Esses encontros sempre foram apoiados por ONGs e organismos ligados à igreja Católica, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as organizações ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), como é o caso da Food and Agriculture Organization (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Após esse espaço de debate, em 1998, realizou-se a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo na cidade de Luziânia-GO (NASCIMENTO, 2009).

Os movimentos sociais e sindicais continuaram sua luta pela educação do campo até que o Pronera — instituído por meio da Portaria do Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF) nº 10, de 16 de abril de 1998 — foi criado, no ano de 2001, sendo incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assim, é editada a Portaria/Incra nº 837 aprovando a edição de um novo manual de operações. Desde então, é uma política pública essencial para os povos do campo, das águas e das florestas.

É materializado pelo tripartite governo federal, pelos movimentos sociais e sindicais e pelas instituições de ensino superior. Esse programa se torna ainda mais interessante quando entendemos a sua metodologia de ensino — dividido em Tempo-Comunidade (TC) e Tempo-Universidade (TU) — contribuindo para que os jovens possam ter sua formação acadêmica sem precisar migrar para as cidades e, assim, diminuindo o êxodo rural. É importante enfatizar que:

Lembramos que a concepção de “pedagogia da alternância”, que fundamenta os cursos vinculados ao Pronera, é distinta da concepção de formação de cursos da modalidade EAD. A primeira compreende a educação como direito social articulada às particularidades do campo. Já para os cursos de modalidade EAD, a educação é um serviço a ser mercantilizado que se torna um mercado altamente lucrativo para os empresários da educação (SILVA; SOARES, 2020, p. 7).

Além de compreender a vivência nos territórios e sua importância, o programa potencializa a cultura e forma militantes comprometidos com as causas sociais. Sobre a metodologia utilizada, a pedagogia da alternância do Pronera. Dessa maneira,

Essa estratégia metodológica distingue-se radicalmente dos cursos a distância. No decorrer do tempo escola os estudantes frequentam o curso e cumprem uma carga horária integral das disciplinas e realizam outras atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa e extensão, garantindo com isso a inserção acadêmica desses estudantes. O tempo comunidade considerado fundamental para o aprendizado torna-se um momento de complementação e aprofundamento dos conteúdos repassados no tempo escolar. (DAL MORO, 2013, p.6).

Esse programa possibilita que os camponeses e camponesas tenham acesso às universidades; pessoas essas que, em sua maioria, não fariam um curso de nível superior devido às suas condições financeiras ou por outros motivos, como terem vontade de permanecer nos seus territórios, produzirem em suas terras e não poderem se ausentar durante todo o ano e, conseqüentemente, terem que estudar em outro local, no mesmo município ou em outro, o que traria muitos gastos além de dificuldades de locomoção pela distância. Com o Pronera, não há essa preocupação, pois é uma educação específica que contempla a necessidade da população e faz com que se sintam abraçados, incluídos e ouvidos.

Essa é uma forma de educação que traz, cada vez mais, a vontade de assumir a identidade camponesa, fortalecê-la e atender às suas raízes. Permite uma formação crítica ao olhar a realidade dos territórios que foram conquistados por meio de muitas lutas; estimula a valorização do MST e desperta a vontade de trabalhar nas terras e de não as querer abandonar; modifica o pensamento de que residir na cidade significa uma qualidade de vida melhor e oportunidades maiores.

Como política pública de educação, na reforma agrária, iniciou-se um curso de Serviço Social, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), vinculado ao Pronera em outubro de 2019. Foram ofertadas 60 vagas; 51 candidatos foram aprovados, mas, após o atraso de repasse dos recursos, alguns candidatos desistiram e, de fato, foram 37 acadêmicos matriculados. Silva e Soares nos lembram de que:

Esse é o terceiro curso de Serviço Social vinculado ao PRONERA, sendo a primeira experiência realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que formou a turma “Carlos Nelson Coutinho”, em 2015, e a segunda experiência também concluída na Universidade Estadual do Ceará (UECE), com a formação da turma “Eldorado dos Carajás” em 2018 (SILVA; SOARES, 2020, p. 2).

Outro exemplo é o Curso de Licenciatura em Educação do campo (Ledoc) que teve sua origem a partir das demandas sociais e foi viabilizado a partir do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Tem como objetivo

principal a formação de profissionais capacitados para atuarem como educadores e educadoras nas escolas de educação básica do campo. Segundo Almeida (2024): “Por meio do edital Chamada Pública nº 02/2012 SESU/SETEC/SECAD/MEC, a UFT apresentou propostas para a implantação das Licenciaturas em Educação do Campo, na área de conhecimento código e Linguagens, com foco em Artes, Músicas e Artes Visuais” (2024, p. 9). No Brasil, alguns cursos da Ledoc já haviam sido implantados, sendo desenvolvidos quatro projetos pilotos em quatro instituições de nível superior: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Brasília (UNB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). Somente em 2014 é que foram implantados os cursos da Ledoc nos municípios de Arraias e Tocantinópolis no Tocantins.

O curso foi estruturado para uma duração de oito semestres letivos em que nos três primeiros anos para a implantação foram ofertadas 120 vagas/ano em cada curso e na continuidade, dado o fim do financiamento pelo governo federal, houve uma redução de matrículas [...] (SANTOS, et al., 2024, p. 11).

A modalidade é a mesma utilizada no Pronera, a pedagogia da alternância, em que se constitui o TU e o TC. Pensado para se adequar às necessidades daqueles sujeitos, o TU ocorre nos períodos de recesso escolar, entre os meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto. Já a ocorrência do TC está prevista para o período entre os meses de março a junho e setembro a dezembro. Santos e colaboradores (2024) afirmam que:

A situação sócio educacional tocantinense requer políticas públicas para o atendimento da Educação Básica do Campo, de modo a contemplar a realidade campestre, o que demanda oferta de cursos de licenciaturas que habilitem profissionais para atuar na docência de forma interdisciplinar e transdisciplinar; que sejam capazes de desenvolver práticas educativas inovadoras e, sobretudo que tematizem a realidade vivida pelos povos do campo (SANTOS, 2024, p. 10).

Podemos compreender que a Ledoc é um formato de educação que parte do princípio de entender e conhecer a realidade de cada sujeito, respeitando suas necessidades, potencializando suas culturas e integrando suas vivências aos conteúdos abordados. Colocando em prática o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que apresenta os seguintes propósitos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação e as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos de zona rural; II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. Adequação a natureza do trabalho da zona rural (BRASIL, 1996).

O Pronera e o curso da Ledoc são exemplos de uma política educacional que atende às especificidades da população rural e forma profissionais capacitados para atuarem tanto nas cidades como em seus territórios. A seguir, iremos compreender, pela ótica dos assentados da reforma agrária do assentamento Onalício Barros, suas trajetórias enquanto formados pelo Pronera.

4 METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa, pois o objetivo é entender as experiências, os contextos e os impactos da educação do campo e da atuação do MST nos jovens. Identificaremos como as políticas educacionais se traduzem na prática e o efeito que isso tem na formação dos jovens.

A análise será feita a partir de um referencial qualitativo, com a interpretação dos dados coletados (relatórios, documentos, entrevistas). A pesquisa seguirá uma abordagem de análise de conteúdo com a qual poderemos identificar temas, padrões e significados nas informações coletadas.

A escolha do método qualitativo e documental justifica-se pela natureza do tema da pesquisa. O foco é entender a realidade local dos jovens do assentamento, a atuação do MST e as políticas públicas educacionais que não podem ser reduzidos a simples números, mas exigem uma análise aprofundada dos contextos e das experiências vividas. A pesquisa documental, por sua vez, permitirá uma compreensão dos processos de implementação e dos efeitos das políticas públicas e da atuação do MST.

5 DISCUSSÕES E REFLEXÕES

O Pronera é um programa que permite e instiga o crescimento do ser individual e coletivo, em todas as áreas: pessoal, acadêmica e profissional. Isso se constrói a partir de sua organicidade e metodologia. O entrevistado A relata que:

Me ajudou a amadurecer e evoluir muito, em muitas coisas, a valorizar mais as minhas origens. [...] as vezes eu tinha esse pensamento que pra mim ter sucesso, pra mim conquistar algo, eu tinha que me desligar da minha comunidade sabe. Pude entender melhor a importância do meu assentamento, da sociedade em si, das associações. [...] me preparou bastante para o mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho não é só trabalhar, ali de certa forma, forma uma sociedade e você tem que saber lidar. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Para o entrevistado A, além de contribuir ao conhecimento e à valorização do território, foi um preparatório para o mercado de trabalho devido a sua pedagogia da alternância, que promove uma maior integração entre os acadêmicos e o trabalho coletivo em relação às tarefas da universidade e do alojamento. Para que isso se concretize, são divididos os chamados de Núcleo de Base (Nbs). Outro aspecto importante relatado foi a mudança na visão sobre a zona rural. O entrevistado cita que, antes, pensava que para alcançar o “sucesso” teria que se mudar para a zona urbana. Esse é um pensamento recorrente entre os jovens; nossos assentamentos estão ficando escassos de juventude e a maioria alega ser pela falta de oportunidades na educação e a falta de políticas públicas, tanto as relacionadas ao bem estar dos moradores como à infraestrutura dos assentamentos. Veremos, a seguir, a opinião do Entrevistado B:

Minha vida pessoal teve um certo impacto, principalmente na questão financeira. Até a minha formação eu não tinha tido nenhum emprego, eu dependia dos meus pais. [...] abriu portas, oportunidades para conseguir emprego na área que eu me formei. [...] aprendi muita coisa voltada para a área, trouxe pra cá, onde eu moro (Entrevistado B, entrevista 25 de janeiro de 2025).

Na vida do entrevistado B, o programa agrega conhecimento para ser aplicado nas suas terras, nesse caso, uma maior compreensão sobre cultivo dos alimentos e plantas medicinais, manejo do solo, produção agroecológica etc. Seu primeiro emprego, na área de formação concluída no Pronera, o ajuda a adquirir a independência financeira, melhorando não somente a qualidade de vida do indivíduo, mas também a de seus familiares. De acordo com os autores Mançano e Tarlau, esse é o objetivo da escolaridade.

Os governos e as agências internacionais de desenvolvimento não veem mais o propósito das escolas como sendo simplesmente educar novos alunos, mas, além disso, a educação também deve ser responsável pela redução da pobreza e pela conquista da “harmonia social” e da “igualdade”. (MANCANO; TARLAU, 2017, p. 555).

Uma questão muito discutida e essencial para os camponeses são as oportunidades de trabalho que, por muitas vezes, são limitadas ou ausentes. E a dificuldade aumenta quando não se possui algum tipo de curso técnico ou ensino superior. Por isso, uma ferramenta necessária para transformar a vida é a educação.

No aspecto pessoal, buscando compreender como cada entrevistado se sente em relação a sua formação acadêmica, apresenta-se a seguir o entrevistado A, que expressa:

Sou grata, porque minha família nunca teve condição pra pagar uma faculdade pra mim e eu consegui essa oportunidade [...] quando surgiu a faculdade de agronomia, eu aproveitei pra fazer o vestibular e eu gosto, não me arrependo, na verdade queria ter aproveitado mais a minha formação. (Entrevistado A, entrevista 10 de fevereiro de 2025).

O entrevistado B, também demonstra gratidão:

Eu me sinto de alguma forma realizada né ? Meus pais não tiveram, na época deles, assim de jovem,[...] não tiveram condição de ter uma formação, né ? Com certeza eles desejaram ter isso, né ? Mas não tiveram. E eu me sinto realizada até por eles também (Entrevistado B, entrevista 25 de janeiro de 2025).

A população camponesa enfrenta muitos desafios para conseguir cursar o ensino superior, um deles é a condição financeira que torna praticamente inviável o ingresso em universidades privadas, até mesmo com bolsa parcial ou total.

O Pronera é a expressão mais forte da concepção da Educação do Campo porque tem e mantém suas raízes no movimento social, aprofunda debates sobre a produção da existência humana e as relações entre classes no modo de produção capitalista. (SOUZA, 2022, p. 361).

No contexto da cidade de Caseara, os camponeses possuem dificuldades para acessar as oportunidades de educação superior ofertadas na cidade. As áreas dos cursos são limitadas e as aulas presenciais realizadas no período noturno, o que dificulta a locomoção, pois teriam que fazer esse percurso de 37,3 km até a cidade, considerando o fato de que muitos sequer possuem transporte para isso. Por todos esses motivos é que o Pronera segue sendo o programa que mais consegue atender às necessidades da população rural, inclusive em relação aos conteúdos abordados e à pedagogia de ensino.

A partir do momento que compreendem a contradição no modo de produção capitalista, os povos se organizam, e no âmbito educacional, interrogam a escola e defendem um currículo vivo, que aborde conteúdos vinculados com problemas da realidade, com os valores da terra, a questão agrária, o trabalho, a concentração da terra, a interdependência campo e cidade, a agroecologia, soberania alimentar, entre outros (FERNANDES; TARLAN, 2022, p. 362).

Na sequência, os entrevistados A, B e C relatam as contribuições do programa:

O jovem ele tem aquela capacidade, ele passa num vestibular, mas aí ele terá que ir para a cidade e muitas vezes tem que trabalhar também e assim na cidade tem todo o custo, alimentação, água, energia, transporte... tudo é custo e já com o PRONERA não é assim, ele arca com praticamente tudo. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Começando por ter trago a oportunidade de uma filha de quem é da reforma agrária, conseguir uma formação, que era muito difícil, ainda é também. Aprender a produzir. Também questão de oportunidade no futuro, no caso hoje, a gente conseguir também um emprego, voltado na área, que pudesse trazer um pouco de ajuda para a nossa família. (Entrevistado B, entrevista 25 de janeiro de 2025).

Bom, o PRONERA possibilitou que a gente tivesse uma formação [...] acredito que se não fosse o PRONERA, talvez a gente não tivesse tido uma oportunidade de ingressar numa universidade, de fazer um curso, de se formar e conseqüentemente de ter um emprego na área e de melhorar a qualidade de vida da gente aqui no assentamento. (Entrevistado C, entrevista 25 de janeiro de 2025).

É notória a melhoria na qualidade de vida da população rural após a conclusão do ensino superior. Dois dos entrevistados já trabalham em sua área de formação e o terceiro estava trabalhando em outra área, mas já iria começar um novo emprego para exercer, de fato, sua profissão. A fim de compreender a satisfação em relação aos conteúdos ofertados, o entrevistado A diz que:

O PRONERA tem o cuidado pra ter a formação não só acadêmica que envolve mais a ciência em si, que é o mesmo que as outras formações convencionais tem, mas também uma formação social e política, né das pessoas que fazem parte. [...] ajuda a pessoa entender qual o lugar dela ali naquela sociedade, [...] porque eu faço parte dessa sociedade ou o que posso fazer para mudar essa [...] realidade (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Conclui-se que o Pronera tem esse diferencial além da formação acadêmica, social e política; isso porque o programa é enraizado aos movimentos sociais, em destaque o MST. Conforme Fernandes e Tarlau (2022, p. 362): “Nos movimentos sociais, os sujeitos dialogam sobre suas condições de vida, trabalho, escolarização, entre outros problemas, e constroem as bases para relação com o governo, demandas e elaboração de políticas públicas”.

Dessa forma, expande os conteúdos abordados proporcionando uma educação transformadora e de qualidade para os camponeses. Educação essa que contribui para a permanência de muitos jovens no campo. Conforme os entrevistados A e C:

Desde então estou morando aqui, não pretendo sair, quero continuar morando aqui mesmo depois de casar-se, essa é a minha ideia, continuar morando na terra dos meus pais e mais na frente a gente conseguir trabalhar aqui dentro com alguma coisa que vai trazer lucratividade, porque até o momento a gente só está mexendo com criação de galinha na terra e é para a subsistência. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

E eu acredito que a maioria das pessoas, elas não querem ir embora do assentamento. Elas querem ficar aqui, elas só vão por falta de oportunidade realmente, nós só queremos melhorias né, pra cá, [...] a gente quer melhorar a qualidade de vida (Entrevistado C, entrevista 25 de janeiro de 2025).

Após a formação pelo Pronera, os jovens passam a conhecer mais a história dos seus territórios, como ele foi conquistado e suas potencialidades:

[...] por eu morar em assentamento, não que eu não gostava de morar em assentamento, eu gostava, porém eu não valorizava tanto isso, não valorizava tanto ser filha de assentado, morar num assentamento que é conquistado da reforma agrária, até mesmo porque eu não conhecia muito bem. (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

O interesse pelo assentamento aumenta, assim como a valorização do território, e sua conquista por meio de muita luta e organização por parte do MST passa a ser reconhecida. Logo, entende-se que o MST tem um papel fundamental na formação social e política. Isso se percebe na fala dos entrevistados:

[...] tivemos alguns professores que são pessoas importantes no Movimento, que eles foram dar várias formações pra gente, desde quando começou o movimento, a luta pela terra, então assim tudo isso fui adquirir lá, aqui eu não tinha essa formação assim tão bem explicada, e lá também que fui participar, das marchas, a gente sempre tinha essa preocupação de ter a mística todos os dias, que também é uma formação importante para o movimento e na questão social, o MST sempre teve essa preocupação de ensinar sobre o companheirismo, sobre a luta camponês dos assentados e o tanto que a educação é importante pra essa luta né [...] (Entrevistado A, entrevista 10 de janeiro de 2025).

Assim, eu entendo que o MST foi importante né, para a minha formação porque [...] ele possibilitou ter uma visão mais ampla do que realmente é a educação do campo, o PRONERA, os movimentos sociais, a luta pelos direitos sociais (Entrevistado C, entrevista 25 de janeiro de 2025).

De acordo com os relatos, a contribuição para a permanência dos jovens no campo se dá, principalmente, pelo contato que tiveram com o MST, uma vez que foi assim que, de fato, conheceram o assentamento e compreenderam o que é a luta pela terra. O MST agrega e abrange o conhecimento dos acadêmicos em muitas áreas. A formação se torna ainda mais enriquecedora alinhada aos movimentos sociais. Conforme o entrevistado C:

Com relação a organização coletiva, igual o MST, a gente percebe que pra gente conquistar algo [...] tem que se mobilizar, se organizar, porque ninguém consegue nada sozinho, [...] tem que se reunir, a gente tem que debater, tem que discutir sobre as nossas necessidades, sobre o que a gente precisa, [...], e correr atrás, porque eu acredito que a palavra de um tem valor, mas a palavra de dois, três, quatro, ou uma multidão, ela vai ter uma amplitude muito maior (Entrevista 25 de janeiro de 2025).

A organização coletiva, de fato, é importante. Conforme Fernandes e Tarlau:

São os movimentos sociais da classe trabalhadora e dos povos oprimidos que elaboram a práxis político-pedagógica, pautada nas necessidades concretas e que dá substância à organização de espaços públicos de luta por educação e escola do campo (FERNANDES; TARLAU, 2022, p. 360).

O trabalho realizado em coletivo oportuniza que se possa debater, desenvolver projetos, buscar melhorias para os territórios, entender quais as demandas e supri-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório como a educação do campo é libertadora e fundamental para os camponeses e camponesas devido às suas raízes serem unificadas aos movimentos sociais, em destaque o MST. Compreendemos que, de fato, tanto a Ledoc como o Pronera são formatos de educação que contemplam as exigências e necessidades da população rural. Os conteúdos abordados são de extrema qualidade e relevância, pois estão além das grades curriculares do ensino convencional. Atendem a formação acadêmica, política e social e permitem ao ser individual evoluir enquanto pessoa e ter a vivência, em coletivo, do companheirismo, dos desafios e dos conflitos. Cada etapa enriquece o processo e o torna mais eficiente.

A contribuição do MST para a permanência dos formandos em seus territórios se dá após o entendimento de como o assentamento foi conquistado e sua importância para a construção de uma sociedade crítica e responsável. Como um agente transformador, o movimento mostra, por meio da sua organização, a importância de lutar pelos direitos na busca por políticas públicas para o campo; a força que um coletivo mobilizado possui; o reconhecimento da identidade camponesa como algo que de fato deve ser valorizado.

Por meio da educação, as juventudes rurais conseguem a sua independência financeira, pois as ofertas de trabalho são maiores devido às suas formações acadêmicas. O que gera uma melhoria significativa na qualidade de vida dos camponeses e camponesas e, conseqüentemente, na vida de seus familiares. Podem, assim, buscar novas formas de trabalhar em suas terras para que, de fato, possam tirar seu subsídio apenas dela. Esse é o objetivo almejado pela maioria dos assentados: produzir e viver em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação** acional.
Disponível:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.
- CIDADE BRASIL. Disponível: www.cidade-brasil.com.br. Acesso em 5 jan. 2025.
- DAL MORO, M. Formação profissional em Serviço Social para assentados da reforma agrária: o regime da alternância em questão. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Anais... São Luiz: UFMA, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FERNANDES, B. M.; TARLAU, R. Razões para mudar o mundo: a educação do Campo e as contribuições do PRONERA. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 545-567, jul.-set., 2017.
- LUCA, N. P. Políticas educacionais no mundo contemporâneo. **Linnc em Revista**, v. 2, mar. 2006, p. 8-21. Disponível em: <http://www.ibict.br/linnc>. Acesso em 16 jan. 2025.
- NASCIMENTO, C. G. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? **Revista Travessias**, 2009.
- OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In: OLIVEIRA, A. F. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas*. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.
- SANTOS, T. F. *et al.* Da implantação à implementação: (re)visitando a educação do campo no Tocantins. **Caderno Pedagógico** (Lajeado Online), v. 21, p. 1-20, 2024.
- SILVA, M. J.; SOARES, R. V. Serviço Social na luta pela educação dos trabalhadores do campo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.393>. Acesso em 16 jan. 2025.
- SILVA, M. J; SOARES, R. V. Formação profissional em Serviço Social/PRONERA: experiência no Tocantins.v.1n.1(2020): **Questão Social, violência e segurança pública**: desafios e perspectivas. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33355>. Acesso em 16 jan. 2025.
- SOUZA, M. A. PAULA, R. A. C. Pronera: da práxis pedagogicamente nas escolas do campo. **Revista Inter-Ação**. Goiânia, v. 47, n. 2, p. 359-373, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.72158. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72158>. Acesso em 16 jan. 2025.
- TOCANTINS. **Caseara**. Disponível em caseara.togo.br. Acesso em 20 de Dez. 2024.